

Justiça em

ano I - outubro 2007 - número 01



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Tecnologia ao alcance da mão

como a informática vem facilitando o dia-a-dia dos
servidores e magistrados da Justiça Federal de São Paulo



NESTA EDIÇÃO

RH ESTRATÉGICO

TRIBUNAL DO JÚRI

OPINIÃO: A NOVA LEI DE TÓXICOS

JUSTIÇA CIDADÃ

Transparência e Comunicação

É com muita satisfação que venho apresentar a primeira edição da *Justiça em Revista* justamente neste ano de 2007, quando o Judiciário Federal completa 40 anos.



Durante este período houve um inevitável crescimento da Justiça Federal nos aspectos material e humano; tanto que atualmente, somente no Estado de São Paulo, a maior Seção Judiciária do Brasil, há 37 Subseções funcionando em 47 prédios, sendo que na Capital há os fóruns Cível, Criminal e Previdenciário, Execuções Fiscais, Juizado e ainda os prédios administrativos da Diretoria do Foro e as unidades Presidente Wilson, República e José Bonifácio.

A atividade administrativa também aumentou, mas ainda sem acompanhar totalmente a interiorização e aumento de fóruns. Contamos hoje, ainda na primeira instância em São Paulo, com 158 Juízes Titulares e 93 Juízes Substitutos, além de 3410 servidores na ativa e 462 inativos (dados de 02/08/2007). Sem dúvida um grande número de pessoas, mas ainda muito insuficiente para atender a demanda de trabalho.

ÍNDICE

Aconteceu.....	03
RH Estratégico.....	04
Informática.....	06
JF Decide	08
Opinião.....	09
Tribunal do Júri.....	10
Entretenimento.....	11
Canal Aberto	11

EXPEDIENTE

Diretora do Foro: juíza federal Renata Andrade Lotufo. Vices-diretores do foro: juíza federal Raecler Baldresca e juiz federal Rodrigo Zacharias. Diretora da secretaria administrativa: Rosinei Silva. Projeto Gráfico: Helio C. Martins Jr. Seção de Divulgação Social: Christiane Amélia Martins Fonseca, Dorealice de Alcântara e Silva, Eduardo Silveira Costa, Elizabeth Branco Pedro, Gerrinson Rodrigues de Andrade, Hélio C. Martins Jr, Ricardo Acedo Nabarro, Viviane Ponstinnicoff de Almeida, estagiária: Gabriela Reis. Visite também a versão virtual da revista em <http://imprensa.jfsp.gov.br>

Com o crescimento da Justiça Federal, a *transparência* e a *comunicação*, além de princípios basilares da administração pública, revelam-se verdadeiras *necessidades operacionais administrativas*, imprescindíveis para a qualidade da prestação jurisdicional uniforme no nosso Estado.

E exatamente em virtude do tamanho e da complexidade da Justiça Federal é que a *JR – Justiça em Revista* – está sendo veiculada de duas maneiras: impressa e virtual. Trata-se de um importante meio de comunicação entre os juízes e servidores, que já contaram com o “Primeira Página” aproximadamente em 2000/2001, o “Informativo JF São Paulo” em 2003/2005 (que passou a ser virtual de 2005 a 2006), e foi substituído pelo semanal “Em Tempo”, em formato virtual a partir de 2006.

Mesmo com a era da informática em que há a tendência em abolir o papel, a revista ainda persiste como um outro meio de comunicação, por ser rápida e, sobretudo, móvel. Um instrumento que possibilita a quem quiser optar pela leitura em outro ambiente, inclusive apresentando seu local de trabalho aos seus familiares.

Com a visão de que o melhor investimento é aquele que se dirige ao ser humano, a *JR* pretende proporcionar integração e realização a todos que trabalham na Justiça.

Por isso, a *Justiça em Revista* é o espaço de todos e para todos. Seu nome é fruto de uma eleição ocorrida via Intranet um ano atrás, dentre quatro nomes sugeridos pelos próprios servidores. Parabéns ao autor do nome, o servidor José Antonio de Brito.

Parabéns à Justiça Federal que completa neste ano seus 40 anos. Talvez a vida não comece aos 40 como diz o ditado, mas com a ajuda de todos pode sempre se tornar mais e mais interessante.

Renata Andrade Lotufo
Juíza Federal Diretora do Foro
da Seção Judiciária de São Paulo



Visita no Administrativo - A presidente do TRF3, desembargadora federal Marli Ferreira, visitou o prédio administrativo da Seção Judiciária no dia 20 de junho. No encontro com a atual diretora do foro, juíza federal Renata Andrade Lotufo, também esteve presente o ex-diretor do foro, juiz federal Paulo Sérgio Domingues.

Concurso Público - No dia 12 de agosto mais de 95 mil candidatos concorreram a 191 vagas para os cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Justiça Federal de São Paulo e Mato Grosso do Sul.



20 anos de Ribeirão Preto - A 2ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, comemorou em junho seu aniversário com homenagem aos juízes pioneiros e recebeu da cidade a doação de terreno com 5.627,23 metros quadrados.



Novo prédio de São José dos Campos - A 3ª Subseção Judiciária de São Paulo está atendendo em novo endereço, desde 05 de junho. As instalações da Av. Cassiano Ricardo 521 são mais espaçosas e funcionais.

Campanha do Agasalho - Sucesso na capital e no interior. Foram arrecadadas 1.450 peças e cerca de R\$ 2 mil convertidos em 168 cobertores entre maio e junho.



Brinquedoteca - Os Juizados Especiais Federais de Osasco e Caraguatatuba também têm brinquedotecas. A primeira delas foi inaugurada no JEF capital e a outra em Santo André. A iniciativa foi realizada com recursos e doações dos próprios servidores no primeiro semestre deste ano.

Prédio Administrativo ganha grafiteagem - O anexo da Rua José Bonifácio no centro da capital paulista ganhou, em julho, a pintura de um grafite temático. O trabalho retratou o cotidiano da região central da cidade. Ele faz parte do Projeto 5 Zonas de Grafite, vencedor de concurso promovido pela Secretaria da Cultura do Estado.



A meta é um RH de ponta

Dorealice de Alcântara e Silva

Em agosto deste ano, a Seção de Treinamento (SUTR), da Seção Judiciária de São Paulo, abriu inscrições para cursos de *coaching*. Como se sabe, o *coaching* é um processo de desenvolvimento pautado no auto-conhecimento, na reflexão, e que acaba gerando mudanças de comportamento para se atingir metas e objetivos propostos pelo indivíduo que se propõe a esta vivência. A grande vantagem desse método está no diálogo instigante entre o *Coach* (quem aplica o processo) e o *Coachee* (quem passa pelo processo) que começa a buscar a informação necessária para seu próprio desenvolvimento. Assim, o *Coachee* assume o controle e a responsabilidade por sua própria vontade de crescer e/ou mudar.

Simultaneamente, outras seções do Núcleo de Recursos Humanos (NURE), como a Seção de Acompanhamento Funcional, o Pró-Social, a Seção de Assistência Médica e Social, Seção de Atendimento e Informações vêm desenvolvendo ações com o foco no bem estar do servidor.

Capacitação e bem estar são as prioridades do NURE. E, examinando a Lei 11.416 (15/12/06), verifica-se que todo o Poder Judiciário está comprometido com esses parâmetros, como comprova a Portaria Conjunta nº 3, de 31 de maio deste ano, editada pelo Supremo Tribunal Federal, regulamentando o Programa Permanente de Capacitação previsto no artigo 26 daquela lei.

“Hoje – explica Gisele Molinari Fessore, supervisora da SUTR – os estudos na área de gestão de pessoas e administração apontam como principal fator superveniente no desempenho funcional, os aspectos pessoais na proporção de 80% contra 20% dos aspectos técnicos”. Considerando tudo isso, Adriana Ferreira Lima, diretora do NURE, esclarece que o velho pensamento de que “aqui eu só trabalho; aqui não tenho sentimentos, emoções”, acabou. O RH está preocupado com o servidor como um ser integral, de modo que a instituição possa crescer junto com ele”, afirma.

Mudança Geral

O primeiro passo aconteceu em 2002, com as primeiras turmas do Plano de Desenvolvimento Gerencial (PDG), do qual participaram magistrados e diretores. Em 2006, intensificaram-se as ações e, para atender as novas metas, o próprio Núcleo de RH passou por ampla revisão.

Uma análise criteriosa das tarefas executadas pelas seções que compõem o RH revelou, entre outras coisas, que a sobrecarga de trabalho atingia a todos, que alguns setores operavam inadequadamente e que, em alguns casos, os métodos de trabalho estavam ultrapassados. Por outro lado, como uma área essencial, não havia possibilidade de interromper os trabalhos, as mudanças deveriam ser implantadas pouco a pouco.

Dentro do âmbito interno do próprio Núcleo, o RH foi, ora reorganizando as competências, ora realinhando o espaço físico, de forma que seções afins ficassem localizadas próximas umas das outras. Através de parcerias com a Informática, foram criados programas que facilitaram e agilizaram o fluxo do trabalho. A via *on-line* tornou-se um instrumento essencial de comunicação inter-seções e entre os servidores e o RH.

Um novo fôlego

O segundo semestre de 2006 começou com novo fôlego. Depois de internamente organizado, vieram as ações de campo. O programa “O RH mais próximo de você” é um exemplo. Uma equipe multidisciplinar itinerante, constituída por profissionais das diversas seções do Núcleo, percorreu os fóruns da Capital e Grande São Paulo, oferecendo orientação funcional e pessoal aos servidores.

A Seção de Treinamento (SUTR) e a Seção de Benefícios (SUBE) - mais conhecida como Pró-Social – também intensificaram suas atividades. Em dezembro de 2006, dos 3500 servidores da instituição, 2048 (magistrados e servidores) haviam passado por ações de capacitação via SUTR. Em setembro, o “novo” Pró-Social ofereceu aos servidores da Administração “um café da manhã” que além da comida incluiu música, massagem oriental e ginástica laboral, com a contribuição dos próprios servidores. Com esta ação ele atingiu mais de um propósito: encerrou a velha trajetória burocrática e assumiu o seu papel como seção de benefícios; mostrou que ações de confraternização refletem o anseio de todos e contribuem para a harmonia da instituição. Na verdade, a seção deu um exemplo de crescimento, cuja abrangência alcançou inclusive os aposentados.

O ano de 2006 fechou com a inauguração, em dezembro, do Espaço Convivência, futuro palco para variados acontecimentos (eventos, palestras e cursos).



“Se as transformações internas e externas são inevitáveis, por que resistir se a vida o está levando para outro lado?”

Revista Vida Simples, maio 07, pág.30.

Mais iniciativas

No primeiro trimestre do ano de 2007, alguns programas foram aperfeiçoados, outros tiveram sua continuidade e novas iniciativas surgiram. O InfoRH (prontuário *on-line* de magistrados e servidores) disponibilizou cadastro de cursos de capacitação, recebimento do Imposto de Renda, e mantém pesquisas para aperfeiçoamento. O Programa “RH mais próximo de Você”, depois de cobrir a Capital e a Grande São Paulo, seguiu para Ribeirão Preto, Franca, Campinas, Americana e São Carlos e promete continuar visitando o Interior.

Os magistrados também passaram pelo Programa de Desenvolvimento de Lideranças da JF (PDL/JF) coordenado pela SUTR. Em março (28 a 31) eles foram a Brotas discutir modelos de liderança de alta performance, gestão de pessoas, administração de recursos e motivação de equipes. Em maio, os magistrados foram a Guararema, para nova edição do PDL/JF.

A SUTR estabeleceu parcerias com a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Em agosto, o Curso de Direção Defensiva e Primeiros Socorros (CET) foi aberto para servidores do interior, enquanto isso, a Capital e Grande São Paulo iniciavam o curso “Vivência de Coaching Pessoal”, com perspectivas de ir para o interior. A Seção de Assistência Médica e Social (SUAM) começou pela Capital e Grande São Paulo o Programa de Ginástica Laboral para prevenção de doenças do trabalho. Uma fisioterapeuta visita duas vezes por semana cada seção, e durante 15 minutos faz exercícios específicos voltados para o alongamento, relaxamento muscular e flexibilidade das articulações. Num próximo momento, espera-se estender esse programa ao interior, como aconteceu com os demais.

Inclusão e Interatividade

Aproveitando o recadastramento anual obrigatório, o NURE preparou um café da manhã especial para os aposentados da Justiça Federal de São Paulo. Eles compareceram ao Espaço Convivência, na Administração, em dois grupos: no dia 16, vieram 45 pessoas e, no dia 30 de março, vieram 56. Em mutirão, o Pró-social, a Folha de Pagamento, a Seção de Pessoal e a Seção Médica esclareceram dúvidas sobre benefícios, planos de saúde, pagamento de aposentadoria e pensão, inclusive planos futuros. Os amigos se reencontraram, lembraram os

“velhos” tempos, deram depoimentos sobre a Justiça ao Centro de Memória. Perguntados sobre que palavras usariam para representar o encontro, responderam: “Felicidade! Emoção! Alegria!”.

Os planos do NURE continuam. “Se existem ferramentas mais modernas para o desenvolvimento do servidor, vamos usá-las. Manter o servidor motivado é nosso lema”, assegura Adriana Ferreira Lima, atual diretora do Núcleo.

Como uma roda – em constante movimento - o Núcleo de Recursos Humanos continua estabelecendo relações de interatividade dentro e fora da instituição. O caminho não é curto, mas a meta está traçada: um RH de ponta, aquele que prepara os “colaboradores” para uma instituição de alto desempenho.

O HOMEM DE VOLTA AO PALCO



Antigamente RH era DP, isto é, Departamento Pessoal que admitia e demitia o trabalhador. Hoje Recursos Humanos é “gestão de pessoas e do conhecimento” e trabalhador é “colaborador”, entenda-se, aquele que gera riquezas, que produz. Mudou a ordem dos fatores que tornam uma instituição líder. O “colaborador” tornou-se o investimento que alavanca os demais para se alcançar alta produtividade. Nessa rota, “bem-vindo” é palavra de ordem para o nosso “colaborador” em constante TD, isto é, Treinamento ou “capacitação para”, e Desenvolvimento profissional e pessoal, incluindo lazer para si e para a família. Num primeiro momento, o conhecimento adquirido, via treinamento, passa a pertencer ao “colaborador”, que o incorpora; aplicando esse conhecimento, o colaborador leva a instituição ao alto desempenho. A nova visão surgiu da verificação de que mesmo a mais alta tecnologia depende da harmonia do homem para processá-la. A “gestão de pessoas e do conhecimento” veio zelar pelo bem estar de todos. Com ela, as pessoas sentem-se motivadas e se comprometem com tudo que realizam. (DAS)

Tecnologia: a nova ferramenta de trabalho

Gerrinson Rodrigues de Andrade

Em qualquer área de atividade, mesmo os mais bem preparados e talentosos profissionais necessitam de bons instrumentos de trabalho para que o seu desempenho não seja de alguma forma comprometido. Desde uma simples caneta até um complicado banco de dados, todos os instrumentos utilizados precisam atender às necessidades imediatas, não comprometendo a celeridade e a qualidade dos serviços prestados.

E nestes dias em que tudo se relaciona, de uma forma ou de outra, à informatização, é preciso que haja um grandioso suporte para o bom desempenho de mais de 3 mil servidores, trabalhando ao mesmo tempo, em todo o Estado. Em média, são 25 mil mensagens eletrônicas trocadas diariamente, recebidas ou enviadas - ou 5 milhões a cada ano. São aproximadamente 4 terabytes armazenados (ou o equivalente a 4 mil gigabytes), incluindo-se todas as pastas, de todas as varas e setores. E cada dia, mais os números crescem.

Para sustentar toda esta intensa atividade, a Diretoria Administrativa e a área de Informática têm se empenhado em desenvolver as bases para que o engenhoso sistema, desconhecido pela grande parte dos usuários, funcione sempre com mais capacidade e segurança.

Entre as tecnologias, adotadas em 2006, quase todas de difícil compreensão para o público leigo, estão a substituição dos canais de dados em "frame-relay" para a avançada tecnologia chamada de "Mpls" que permite, entre outras coisas, a priorização de tráfego de dados. Para os juizados especiais e grandes fóruns, os *links* passaram para 2 Mbps (megabytes por segundo) e para localidades com até 3 varas, 1 Mbps; canais de dados via rádio - frequência de 19 GHz, interligando os prédios da Justiça Federal com Fórum e Juizado de Santo André, e a 100 Mbps, Juizado Especial, José Bonifácio, Fórum Administrativo e Praça da República; aumento em 2 Mbps no canal de dados que interliga o Prédio onde estão Forum Criminal e Previdenciário, passando de 4 para 6Mbps.

Ainda, a instalação de equipamento ("appliance") para controle de tráfego, priorização de serviços e restrições de acesso para todos os *links* de dados remotos, buscando a otimização do uso dos recursos de comunicação de dados.

E poderiam ser apresentadas muitas outras alterações, as quais determinam diretamente muitas das nossas atividades. No entanto, para grande parte dos mesmos 3 mil servidores que, num mesmo instante, estão preocupados em melhor desenvolver seu trabalho, muitas dessas informações somente seriam compreensivas com um enorme glossário que traduzisse muitos dos termos.

No entanto, mesmo que não se saiba o que venha a ser a "ampliação da capacidade de armazenamento de dados (storage) e de disponibilidade (clusters) dos sistemas compartilhados", é perceptível, em cada canto desta Justiça Federal, o quanto tem evoluído o suporte tecnológico, sobretudo nestes últimos dois anos.

A adoção das novas tecnologias traz ainda mais confiabilidade na relação com a máquina e permite, ainda, que uma série de novas e boas idéias possa ser colocada em prática.

As cartas virtuais

O que antes somente era possível com impressão em papel, deslocamento, carteiros e longos dias de espera, agora se resolve imediatamente. Com as melhorias tecnológicas em segurança e privacidade, a comunicação por correio eletrônico é indispensável neste começo de século e, com tamanha praticidade, as grandes empresas e órgãos possuem hoje um canal eficiente, econômico e versátil para a difusão de suas idéias, junto ao seu público interno. Quando um comunicado da Diretoria Administrativa é lançado pelo programa GroupWise, segundos depois já poderá ser lido por servidores em Tupã, São João da Boa Vista ou Registro, ao mesmo tempo em que a mensagem será lida por servidores do Administrativo de São Paulo. É a desburocratização e agilização de serviços diversos, necessários para uma administração transparente. Atualmente, entre o que pode ser feito com a ajuda do correio eletrônico está a entrega de frequência, alteração de dados cadastrais e indicativo de férias.



Algumas excelentes idéias:



- **IRPF-ONLINE:** Entrega de Declaração de Imposto de Renda via rede, facilitando o controle da entrega das declarações para os servidores do Núcleo de Recursos Humanos.

- **INFORH:** Um portal, no qual o servidor tem acesso a todos os sistemas administrativos que possuam dados cadastrais a ele referentes. O InfoRH abrange os Sistemas RH, Folha de Pagamento e Pró-Social.

- **MIGRAÇÃO DE FÉRIAS ON LINE:** O próprio servidor (autorizado) emitirá a planilha e lançará *on-line* as férias do exercício atual.

- **SISTEMA ÚNICO DE RUBRICAS:** Adaptação do Sistema Folha ao novo Sistema Único de Rubricas de pagamentos/descontos.

- **SISTEMA DE CONTRACHEQUES:** Desenvolvimento e implantação da consulta/impressão de contracheques via Intranet, substituindo o sistema anterior de impressão geral em envelopes remetidos às lotações.

- **DÉBITO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS:** Lançamento automático de prestações de empréstimos consignados do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal em Folha de Pagamento.

- **INFORME DE RENDIMENTOS VIA INTRANET:** Desenvolvimento e implantação da consulta/impressão de Informes de Rendimentos para fins de Imposto de Renda, via Intranet, com link na mesma página de emissão dos Contracheques.

- **SISTEMA ELETRÔNICO DE SOLICITAÇÃO E GERENCIAMENTO DE MATERIAIS, FARMÁCIA E ALMOXARIFADO:** Sistema destinado ao gerenciamento e controle das solicitações de materiais da Justiça Federal de São Paulo.

- **SISTEMA THESAURUS (BIBLIOTECA):**
Mudança de *layout* e disponibilização de novas aquisições via rede.



Justiça cidadã

Ricardo Acedo Nabarro

Por vezes vista como a última esperança na solução de um problema, a Justiça Federal cumpre papel essencial na democracia do país. Seja qual for o instrumento, decisões liminares, sentenças ou acordos, ela está presente fazendo cumprir a Constituição e as leis, inclusive assegurando o exercício de direitos sociais, culturais e econômicos.

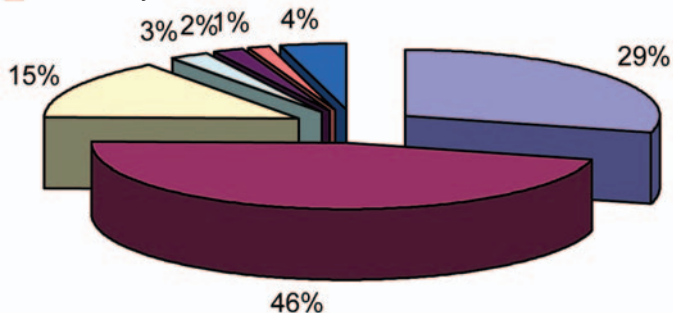
Apesar da maior parte dos processos que tramitam na Justiça Federal serem de questões tributárias que envolvem a União, muitas decisões causam impacto direto na vida das pessoas, influenciando a sociedade como um todo.

Na Seção Judiciária de São Paulo, onde estão concentrados quase 40% dos processos da Justiça Federal no país, foram julgados em cinco meses (janeiro a maio de 2007) 169.506 processos. São ações de revisão de aposentadoria, prestação da casa própria, alíquotas do imposto de renda, crimes contra a ordem tributária, auxílio doença, estelionato, contrabando, crimes contra o meio ambiente, lavagem de dinheiro, entre outras questões.

Com média de 40 mil sentenças/mês, a Seção Judiciária de São Paulo possui 37 subseções, totalizando 2.152.293 processos em tramitação (maio de 2007), 251 juízes federais e 3.410 servidores (julho de 2007), o que representa uma média de 8.500 processos por juiz e 632 por servidor.

Do montante de processos em andamento na JF/SP neste período:

- 29,15% eram ações do JEF (previdenciárias, SFH, FGTS, criminais, etc.)
- 46,21% execuções fiscais (Fazenda Nacional, IAPAS/INSS e outras instituições)
- 14,51% ações ordinárias
- 2,58% ações diversas
- 1,91% inquéritos policiais
- 1,39% mandados de segurança
- 4,25% outras ações



Para se ter uma idéia das questões discutidas no âmbito da Justiça Federal, veja algumas decisões proferidas pela JF/SP que tiveram grande repercussão nacional:

04/07/2006
BLOQUEADOR DE CELULAR EM PRESÍDIOS É OBRIGATÓRIO
 Sentença proferida na 20ª Vara Cível de São Paulo determinou que a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) instalasse bloqueadores de telefones celulares em todos os presídios do país.

31/08/2006
JUSTIÇA FEDERAL ORDENA QUEBRA DE SIGILO DE USUÁRIOS DO ORKUT
 Em Ação Civil Pública, na 17ª Vara Cível, a GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA foi obrigada a fornecer os dados de perfis do site de relacionamentos ORKUT, indispensáveis à identificação dos usuários do serviço do GOOGLE, que são objeto de investigação penal.

11/01/2007
LIMINAR OBRIGA UNIÃO A FISCALIZAR ESTRANGEIRISMOS
 A 1ª Vara de Guarulhos determinou que a União Federal fiscalize o emprego da língua portuguesa na oferta e apresentação de produtos e serviços por seus fornecedores, inclusive nas ofertas publicitárias em vitrinas, prateleiras, balcões ou anúncios. Os anúncios que utilizarem termos como "sale", "off", "summer", etc., devem ser acompanhados de tradução, no mesmo destaque.

12/04/2007
RANCHOS EM ÁREA AMBIENTAL DEVEM SER DESOCUPADOS
 A 1ª Vara de Ribeirão Preto determinou que sete ranchos localizados nas margens do Rio Pardo (região de Jardinópolis/SP) fossem desocupados e suas edificações demolidas. Os ranchos estavam em áreas consideradas de preservação permanente.

28/06/2007
INSTITUIÇÕES DE ENSINO NÃO PODEM COBRAR REGISTRO DE DIPLOMA
 A 1ª Vara Federal de Bauru julgou procedente o pedido do Ministério Público Federal para impedir a cobrança da taxa de expedição e/ou registro de diplomas para os alunos de 17 universidades. Determinou, ainda, que a União Federal fiscalize essas instituições quanto ao cumprimento das normas gerais de educação nacional.

Visite a página eletrônica da Justiça Federal de São Paulo e acompanhe as notícias em destaque.
Acesse www.jfsp.gov.br

A nova lei nº 11.343/06, de 23.08.2006, que institui o Sistema Nacional de Política sobre Drogas, trouxe inovações e polêmicas. Diz-se, por exemplo, que ela priorizou o “juízo competente” em detrimento da autoridade policial, a propósito do usuário de droga, considerando-o uma questão de saúde pessoal e pública. Nesse caso pergunta-se: existirão juízes de plantão suficientes para dar atendimento aos casos? Ou, existem políticas públicas para tratar dos “dependentes”? Sobre o traficante, que quantidade de droga caracteriza o tráfico? A polêmica é grande e tudo indica que continuará. Nesta edição perguntamos ao juiz substituto Antonio André Muniz Mascarenhas de Souza, da 1ª Vara de Santos:



Antonio André Muniz Mascarenhas de Souza
Juiz Federal Substituto - 1ª Vara de Santos

“Como deve ser feita a aplicação da pena para o traficante que faça jus à causa de diminuição de pena do § 4º, artigo 33, Lei 11.343/2006?”

Os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul estão inseridos na rota do tráfico transnacional de entorpecentes, no trajeto das fontes produtoras sul-americanas, sobretudo de cocaína, para os centros de distribuição ou consumo no exterior. O preço da droga eleva-se extraordinariamente no destino e torna seu comércio, no atacado e no varejo depois de misturada, altamente lucrativo e cobiçado¹, ao mesmo tempo em que produz estragos consideráveis à saúde pública². Prisões e apreensões diárias desafiam os Juízes Federais da 3ª Região no exame, em vanguarda, dos reflexos da Lei 11.343 sobre fatos anteriores e posteriores à sua vigência, iniciada em 08.10.2006.

A causa de diminuição de pena do § 4º do artigo 33 privilegia quem ingressa no mundo do crime pelas mãos do tráfico. Majorada a pena mínima de 3 para 5 anos, entendeu-se necessário criar válvula de alívio àquele cuja vida pregressa autoriza confiar na prisão por tempo menor como suficiente, vedada a conversão em restritivas.

O Código Penal traz hipóteses assemelhadas para furto (art. 155, § 2º) e estelionato (art. 171, § 1º). A diferença é que, no tráfico, os requisitos são todos objetivos e, quando atendidos, insuscetíveis de valoração para o intervalo entre 1/6 e 2/3. Andaria melhor o legislador se

fixasse percentual único. Porém, se a lei previu graduação, razoavelmente ampla, exige do juiz interpretá-la, de maneira a dar-lhe sentido em seu contexto.

A regra inovadora do art. 42 da Lei 11.343 aponta para a melhor solução. Quando se cuida de tráfico de droga, o que prepondera para fixar as penas são natureza e quantidade da substância, personalidade e conduta social do agente. Logo, da maneira como foi redigido o aludido § 4º, não resta ao magistrado critério mais justo senão considerar caso a caso o potencial danoso da conduta à vista do objeto material do crime (droga: tipo e peso) e as informações pessoais do acusado para arbitrar a diminuição nas frações entre o mínimo e o máximo, assim como no privilégio para furto e estelionato são sempre observados o valor da coisa ou da vantagem ilícita e as condições pessoais do réu, fatores que atendem aos princípios da individualização e proporcionalidade da pena.

Iniciar no crime traficando 100 kg de cocaína é bem diferente de fazê-lo com 100 g de maconha. Por isso, se a norma pretende beneficiar quem não teve contato anterior com delitos para evitar novos, o cálculo da redução do tempo de prisão deve levar em conta necessidades diversas de recuperação social, considerando a potencialidade lesiva das condutas e a periculosidade dos agentes. Inexiste *bis in idem* na retomada das circunstâncias na 3ª fase se for para diminuir, ainda que em fração menor, dentro da variação fixada em lei.

¹ Estatísticas do órgão especializado da ONU mostram que o quilo da cocaína chega a valer cinquenta mil dólares americanos em solo europeu (www.unodc.org).

² Relatórios anuais sobre o fenômeno da evolução da droga na União Européia (<http://www.emcdda.europa.eu>) mostram a tendência crescente do uso de cocaína entre a população em geral e os elevados custos no tratamento dos pacientes. O Relatório de 2004 informa que, em 2002, parte considerável da cocaína consumida na Europa foi enviada através do Brasil.

Um feito raro e uma logística complexa

Viviane Ponstinnicoff de Almeida

Uma mobilização geral, envolvendo vários setores da Administração. Ambulâncias, segurança do prédio, transporte de pessoas, comida, montagem do plenário, cadeiras, mesas. Enfim, uma logística especialmente elaborada para a realização de uma raridade na Justiça Federal: o Tribunal de Júri.

O Tribunal de Júri é realizado quando ocorre um crime doloso contra a vida. Entende-se por dolo a intenção deliberada de praticar um ato criminoso, que pode ser homicídio, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, infanticídio e aborto. Esses crimes vão à Júri freqüentemente na esfera estadual, porque, regra geral, a competência é da Justiça Estadual. A competência da Justiça Federal é residual, ou seja, se for constatado que um crime de homicídio ocorreu a bordo de um navio, aeronave, ou a vítima era agente da União, será da Justiça Federal.

Para que um Tribunal de Júri seja realizado, várias seções administrativas devem trabalhar em conjunto. O Núcleo de Apoio Administrativo (NUAD) é o responsável pela segurança do prédio e pelo transporte das pessoas, acionando as Polícias Federal e Militar para garantir a integridade física dos envolvidos (juiz, jurados, testemunha, réu).

Rogério Riston Ramos, diretor do NUAD, conta que a logística de um Júri é complexa, mas sempre funcionou bem. “Até agora, tudo correu conforme o programado. O último Tribunal do Júri (caso do delegado-corregedor da PF assassinado) só foi possível em razão do envolvimento de vários setores, principalmente o NUOP, o NURE e a administração do Fórum Criminal”.

Mesmo raros na JF, os Tribunais de Júri não deixam de ser um exercício de cidadania. Para Véra Nunes, diretora de Secretaria da 1ª Vara Criminal, a importância do Júri é a mesma da Justiça em geral. “É uma oportunidade da sociedade, representada pelos jurados oriundos de todas as classes sociais, independentemente de cor, raça, credo, situação econômica, social ou intelectual, promoverem a

Justiça, julgando conforme suas convicções e amparados na lei, um seu semelhante que tão gravemente a agrediu, tirando a vida de uma pessoa”.

Os casos de Tribunal de Júri na JF/SP

Há mais de 30 anos ocorria o primeiro caso de Tribunal de Júri na Justiça Federal em São Paulo. Presidido pelo ex-presidente do TRF3, José Kallás, tratava-se do homicídio de um fiscal do Trabalho do interior do Estado de SP.

O segundo caso foi o assassinato do delegado-corregedor da Polícia Federal Alcioni Serafim Santana, em 27/05/1998, em São Paulo. Ele foi morto quando saía de sua casa para trabalhar. O processo tem cinco réus e já teve nove Tribunais de Júri, mas ainda não foi concluído.

O terceiro caso de Júri foi em 28/08/06 e condenou o ex-cozinheiro da Marinha, João Gomes de Oliveira, a cinco anos de reclusão em regime semi-aberto, por tentativa de homicídio. O crime ocorreu a bordo de um navio da marinha em 1976, nas proximidades de Santos/SP. A demora no julgamento se deu por vários motivos. Primeiro, o processo teve início na Justiça Estadual, mas como o crime aconteceu em alto-mar, mudou para a Justiça Federal. Além disso, o réu ficou desaparecido durante 12 anos. Em 2002 ele foi preso, mas no mesmo ano conseguiu liberdade provisória. Só então o processo pôde ter continuidade e o réu levado a Júri.



Véra Nunes



Todos dizem Eu Te Amo
Comédia musical - EUA - 1996
Woody Allen

Woody Allen conta a estória de uma família de classe alta de Nova Iorque. O pai é um liberal democrata, simpático; o filho, um republicano intransigente; a filha está às vésperas do noivado, e a mãe é engajada e caridosa. Ela leva um perigoso bandido para readaptação social em sua casa, e com ajuda do marido atual, procura uma namorada para Joe (W.Allen), o ex-marido. “Todos dizem...” é uma comédia leve e divertida, uma homenagem a Groucho Marx, aos musicais e em especial ao jazz. Como em outras vezes, W. Allen faz roteiro, produção, direção e ainda interpreta; mesmo assim ele surpreende.(DAS)



A Interpretação Constitucional e o Princípio da Proporcionalidade. Sílvia Marlene de Castro Figueiredo é juíza federal da 3ª Vara de Sorocaba.

Escrito em sete capítulos, a obra enfoca o princípio constitucional da proporcionalidade enfatizando a sua função interpretativa. Para tal intento, a autora discorre sobre direito e linguagem, desnudando a influência da linguagem comum na linguagem do direito. Ademais, estabelecem-se as distinções conceituais entre: hermenêutica, interpretação, integração e aplicação da norma jurídica para, assim, realizar um estudo sobre a interpretação constitucional. O método hermenêutico-concretizante é utilizado na análise dos princípios da interpretação constitucional. E, ainda, demonstra que o princípio da proporcionalidade serve como instrumento do método hermenêutico-concretizante. Área: Direito Administrativo e Constitucional. Editora RCS, 1ª Edição/2005, 266 págs.



Persecução Penal e Dignidade da Pessoa Humana. Massimo Palazzolo é juiz federal em Mato Grosso do Sul e professor universitário de Direito Penal.

O livro aborda os direitos fundamentais, direito comparado, dignidade da pessoa humana, direito constitucional brasileiro, persecução penal no Brasil, inquérito policial e da presunção de inocência. Além de efetuar uma análise a respeito do desenvolvimento tecnológico e a dignidade da pessoa humana, o autor trata dos valores relacionados com a intimidade, privacidade, vida privada, honra, liberdade de imprensa e imagem. Área: Direito Processual Penal. Editora: Quartier Latin, 1ª Edição/2007, 208 págs.

Solte a voz!

Fernanda Siqueira Cruz
10ª Vara Cível - Pedro Lessa

Quem já não soltou a voz no chuveiro, no carro ou em uma festa animada com videokê? Não importa se você desafina. Cantar diverte, relaxa e nos ajuda a lidar com a timidez. Como diversão, é um “hit” em qualquer festinha.

Mas cantar não envolve apenas vontade e oportunidade, envolve técnica. Descobri isso quando, do alto da minha vaidade, resolvi gravar um CD, daqueles que se faz em shopping. Resolvi gastar o meu inglês e cantar Dancing Queen, do ABBA. Afinal, mamãe dizia que eu cantava divinamente bem. Pedi para regularem o tom para soprano (o agudo das mulheres) e me pus a cantar. Gravada a música, fizeram até uma capa para o CD, com direito a foto colorida. O título, “Arrepiã!”, graças aos maneirismos da minha família portuguesa.

Saí toda faceira e contente com a minha “obra”, reuni a família e coloquei o CD para tocar. Horrível. Literalmente, de arrepiar! Só então percebi como era desafinada, sem estilo. Só não atravessava. Doze anos de ballet clássico cuidaram dessa parte.

Fiquei tentada a seguir os passos de um avestruz e enterrar a cabeça no chão. Mas decidir tomar outro rumo: aulas de canto!

Entrei em um grupo de canto coral. Lá, aprendi o básico da técnica vocal: postura, respiração, aquecimento, vocalize. Comecei a treinar a minha voz e a me arriscar nas escalas. Tínhamos um repertório diversificado e até nos apresentamos no final de ano. O grupo se dissolveu, e eu comecei a cantar no coral da igreja do bairro, o que faço até hoje. Associando o pouco que conhecia com a minha infinita cara-de-pau, comecei a fazer Salmos. E já cheguei a cantar até para Bispos e Cardeais!

Claro, minha voz ainda deixa muito a desejar. Desci do pedestal, tomei consciência de que não sou a Maria Callas. Mas é como diz o ditado: quem tem boca vai à Roma. Ou, no meu caso, à ribalta!

Este espaço é dedicado a todos que queiram compartilhar suas histórias sobre assuntos gerais. Encaminhe seu texto para o endereço jf-imprensa@jfsp.gov.br, lembrando que seu material passará por aprovação, bem como poderemos solicitar ajustes no texto para adequações de espaço.

COMUNICAR É PRECISO

A comunicação é a ferramenta que está revolucionando nossa sociedade. A Seção Judiciária de São Paulo investe em comunicação institucional com o intuito de informar e prestar serviços, tanto ao público interno (magistrados e servidores), quanto para o público externo (advogados, partes, imprensa e sociedade). Diante desta nova era da informação, a Seção de Divulgação Social - SUDS auxilia todas as áreas da Instituição (Fóruns, Juizados e Administração) a desenvolver estratégias de comunicação, desde a criação de campanhas aos assuntos que necessitem de assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação privados e órgãos externos. Mantenha-se informado através dos veículos institucionais (Em Tempo, Justiça em Revista, e-mail, Internet e Intranet),

DIRETORIA
DO FORO

Diretoria
Administrativa

SUDS
tel: (11) 2172-6430

